

Reformas Eleitorais e a Confiança Institucional na América Latina¹

Manuela de Souza Pereira

Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco - Brasil

Email: manuelasouzapereira@gmail.com

Resumo

Entre as principais áreas estudadas na Ciência Política, encontra-se o estudo sobre os sistemas eleitorais. Diante desse tradicional debate teórico, esse trabalho realizou um levantamento das reformas eleitorais que ocorreram na América Latina, estabelecendo como arco temporal o início da redemocratização dos países dessa região até os dias atuais, com um intuito de contribuir com o estudo sobre reformas eleitorais e as possíveis influências da confiança institucional por parte da opinião pública. O seu principal objetivo foi de analisar sob quais condições a opinião pública na América Latina, através da legitimidade política, corresponde a um fator significativo para entrada de reformas no sistema eleitoral na agenda política.

Para tal fim, esse trabalho desenvolveu uma metodologia a partir de uma análise quantitativa descritiva do estudo comparativo das mudanças eleitorais que ocorreram na região, onde se buscou averiguar a condição de necessidade estabelecida pela hipótese de que existe uma correlação entre mudanças eleitorais e confiança institucional expressa em *surveys*. Os resultados demonstram que a baixa confiança institucional é um cenário padrão precedente às modificações nas regras eleitorais na região nos últimos vinte anos.

Palavras-chave: Reforma Eleitoral, Confiança Institucional, Democracia.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguayo de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

1 Introdução

Está sempre em pauta, nos regimes democráticos, a discussão sobre o desempenho de instituições existentes, como também a demanda por alterações a fim de que possam ser mais eficazes. Em particular, os estudos comparativos na América Latina possuem uma preocupação com a atuação e o desempenho dos diferentes arranjos institucionais adotados.

A manutenção dos sistemas eleitorais nessa região foi acompanhada por novas constituições ou mesmo reformas que alterassem os aspectos relacionados ao processo eleitoral (Melo, 2006). Assim, os sistemas eleitorais latino-americanos passaram a ser constituídos por uma engenharia institucional bastante complexa, com uma intensa agenda de reformas.

Esse artigo terá como objeto de pesquisa as reformas eleitorais realizadas na América Latina após o período de redemocratização, no processo da Terceira Onda Democrática². A análise acadêmica que sistematiza as reformas eleitorais centra sua atenção nos interesses partidários e nos incentivos que conduzem às mudanças eleitorais. A fim de contribuir com esse debate, busca-se nesse artigo dar continuidade à linha de pesquisa desenvolvida por Pippa Norris (2011), a qual considera a opinião pública como um dos fatores que contribuem para inserção de mudanças eleitorais na agenda política. O argumento defendido é que a entrada de reformas eleitorais na agenda política é precedida pela insatisfação e pela falta de confiança da opinião pública com as regras do sistema eleitoral. A elite política refletiria essa insatisfação na formulação de políticas ao procurar mudanças nas regras eleitorais.

O presente trabalho se subdivide em quatro partes, além desta introdução. Na primeira parte, com uma breve revisão da literatura, são expostas as condições que vêm a contribuir com a substituição de sistemas eleitorais por fórmulas alternativas. Com respaldo nessa discussão, é apresentada a parte empírica desse trabalho onde serão expostas as reformas eleitorais que ocorreram nesses países em um recorte

² Huntington define ondas de democratização como “um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosos do que as transições na direção oposta durante tal período” (Huntington, 1994). A Terceira Onda Democrática teve início em 1974, em Portugal, e repercutiu no Sul da Europa e entre os países da América Latina.

temporal de 1990 a 2012, testando sua correlação com a confiança institucional da opinião pública coletada do *World Values Survey*, realizado desde 1981, e do *Latinobarômetro*, com dados desde 1995 até 2010. Por fim, na conclusão, são feitas algumas considerações sobre a baixa confiança institucional presente na América Latina nos últimos vinte anos e o número relativamente significativo de reformas em regras operacionais na região.

2 O debate sobre os determinantes das reformas dos Sistemas Eleitorais

A definição de sistemas eleitorais e sua tipologia, desenvolvida por Duverger (1970), contribuíram para um crescente debate sobre as consequências das escolhas das regras eleitorais na configuração do sistema partidário (Benoit, 2004; Colomer, 2004; Norris, 2011). A construção desse debate foi centrada nas consequências da adoção de sistemas de representação proporcional e nos incentivos à manutenção dos sistemas majoritários nas democracias existentes. As “Leis de Duverger”, como ficaram conhecidas, foram submetidas a diversos testes empíricos e até reformuladas, e em sua forma clássica afirmavam que sistemas majoritários, em que vencem candidatos com o maior número de votos, levariam a um sistema bipartidário, enquanto sistemas proporcionais, que buscam expressar proporcionalmente a votação em termos de cadeiras (Lijphart, 2011), levariam ao multipartidarismo.

Tais relações de causalidade seriam operadas sob dois efeitos: o efeito mecânico e o efeito psicológico. O primeiro efeito condiz com a tendência dos maiores partidos obterem o maior número cadeiras, sendo assim sobre-representados, em relação aos menores partidos, sendo estes sub-representados. O efeito psicológico ocorrerá como uma concretização do efeito mecânico, uma vez que os eleitores, ao constatarem que os partidos menores são sub-representados, podem deixar de votar nesses partidos a fim de não desperdiçarem seu voto. Esses efeitos são sentidos mais fortemente em sistemas majoritários, limitando o surgimento de novos partidos, devido aos constrangimentos advindos da existência de grandes partidos já expostas acima. Os sistemas de representação proporcional possuem esses efeitos de forma mais sutil. Isso pode ser justificado pelo princípio de representação proporcional contribuir para que a distribuição de cadeiras reflita,

proporcionalmente, as escolhas do eleitor.

Colomer (2003) centra sua análise na escolha dos sistemas eleitorais pelos partidos políticos já existentes, inserindo a análise feita por Duverger em um quadro mais abrangente. O modelo de mudança eleitoral, desenvolvido pelo autor, foi chamado de “as leis de Duverger de cabeça para baixo” (Colomer, 2003, p. 39). Para Colomer, o modelo de causalidade seria inverso. As regras eleitorais não gerariam sistema bipartidário ou multipartidário, mas seria a configuração do sistema partidário que influenciaria na escolha de regras eleitorais. Os sistemas eleitorais, segundo o autor, são consequência das preferências institucionais dos partidos políticos já existentes na arena política. Estes tendem a preferir procedimentos eleitorais que possam consolidar, reforçar e aumentar sua força na continuidade do poder. Assim, os partidos grandes, com o maior número de eleitores, para permanecerem com o maior número de assentos e ser o partido governante, tendem a preferir assembleias pequenas, magnitude de distrito baixa (com tendência a magnitude igual a 1) e eleições de maioria simples.

Em contrapartida, os partidos pequenos preferem assembleias grandes, com magnitudes de distritos grandes e sistema eleitoral proporcional a fim de aumentar a probabilidade das minorias conquistarem cadeiras no poder Legislativo. Nas palavras do autor: “*o grande preferirá o pequeno e o pequeno preferirá o grande*” (Colomer, 2003, P. 41). Os atores políticos, sendo estes racionais³, irão preferir as regras eleitorais que criem poucas oportunidades para que venham a tornar-se perdedores absolutos. Em virtude disso, as regras eleitorais podem ser alteradas quando as mudanças proporcionarem benefícios maiores que os custos esperados pela reforma.

Em particular, Boix (1999) afirma que os partidos governistas não tendem a realizar modificações nos sistemas eleitorais quando as regras eleitorais os beneficiam. Também constata que mudanças expressivas nas regras eleitorais, como a mudança de um sistema majoritário para o proporcional e vice-versa, podem ser corroboradas pelas decisões estratégicas dos partidos governantes no poder devido a dois fatores que possam levar a reformas: a entrada de novos eleitores ou a formação de novas preferências partidárias provenientes do surgimento de novos partidos.

Negretto (2008), utilizando a mesma vertente explicativa institucional

³ O enfoque da Teoria da Escolha Racional define os atores como racionais, em que estes formulam suas decisões de acordo com as regras de cálculo de probabilidades a fim de otimizar as suas preferências (Tsebelis 1998)

empregada por Colomer (2003), analisa as demandas institucionais da opinião pública identificando quais mudanças eleitorais podem contribuir para que se fomentem instituições mais inclusivas ou restritivas na América Latina. Segundo o autor, isso se deve à adoção de sistemas eleitorais mistos e de mecanismos de voto preferencial. Essas alterações com um intuito de aumentar a inclusividade advêm da necessidade de consolidar o sistema partidário dos países latino-americanos considerados crescentemente fragmentados. Assim, os dirigentes partidários a fim de dirimir as críticas recebidas pelos cidadãos e meios de comunicação passaram a incorporar dispositivos que aumentassem a personalização do voto. O autor menciona que um processo inverso, de reformas que diminuam essa personalização do voto, seria improvável devido à baixa confiança dos eleitores nos partidos e nos legisladores.

Quem elege as percepções de confiança da opinião pública como variável explicativa é Pippa Norris (2011) em estudo realizado em 2011. A autora apresenta um papel mais amplo da opinião pública no processo de mudança institucional. Apesar de estudos de caso serem suficientes para demonstrar que essa hipótese é plausível, a autora utilizou o *policy cycle model* a fim de melhor identificar a existência da correlação entre as mudanças institucionais e o papel da opinião pública. Este modelo apresenta quatro etapas. A primeira constitui a fase de formulação da agenda na esfera pública, onde os diversos setores da sociedade (partidos, ONGs, e os meios de comunicação) discutem a importância de alterações de regras eleitorais; a segunda etapa compreende a formulação das opções políticas tanto no âmbito do executivo quanto do legislativo; a terceira fase é quando será posta em prática a implementação das mudanças, envolvendo os órgãos eleitorais. A avaliação de *feedback* constitui a última fase, em que é medido o grau de satisfação com o *status quo* e consideradas possíveis revisões.

Assim, Pippa Norris (2011) centra sua análise na definição de agenda, no que tange às manifestações de legitimidade nos países. A autora afirma que quando as instituições são amplamente consideradas como legítimas há uma estabilidade nas oportunidades de reformas. A percepção de legitimidade é operada em três níveis: aspirações democráticas, desempenho democrático e confiança institucional. Entre os resultados da sua análise de 190 países, a autora encontrou alterações no sistema eleitoral da Câmara Baixa de 46 países (24%), os quais apresentam uma correlação mais forte da aspiração democrática com a ocorrência de reformas do que com outras

variáveis (desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e indicadores culturais). A relação que a autora estabelece entre esta percepção pública e as reformas eleitorais é o que inspira a presente pesquisa.

A confiança dos cidadãos nos processos eleitorais é também a preocupação de Sarah Birch (2008), mas neste caso como variável dependente. A autora constrói seu problema de pesquisa em torno dos motivos que contribuem para a confiança dos cidadãos no processo eleitoral. Para tal fim, a autora testa três instituições-chave no processo eleitoral - sistemas eleitorais proporcionais, financiamento público de partidos e independência dos órgãos eleitorais - a fim de analisar se estas aumentam ou diminuem a confiança no processo eleitoral. A autora verifica que quanto mais igualdade de condições as estruturas institucionais fornecem, há um maior grau de confiança dos cidadãos na boa conduta das eleições. O estudo constata que sistemas eleitorais proporcionais e o financiamento público de partidos contribuem para uma confiança na conduta das eleições. Já a independência formal dos órgãos eleitorais possui um resultado inverso, contribui para uma desconfiança na conduta das eleições.

Os resultados obtidos nesse estudo, em destaque a contribuição da independência formal dos órgãos eleitorais, vão de encontro aos estudos da Governança Eleitoral referentes à independência dos órgãos eleitorais (Lehouq, 2002; Mozaffar & Schedler, 2002). Segundo os autores, a independência do órgão eleitoral surge da necessidade dos participantes do processo eleitoral de ter eleições críveis e aceitas por perdedores e vencedores. Garantiria que o controle sobre o processo eleitoral não fosse influenciado diretamente pelo partido governante, uma vez que esse não teria controle sobre o órgão eleitoral. Sarah Birch avalia o desempenho dos órgãos eleitorais independentes por outro viés, a opinião pública. Esta possui uma visão divergente dos candidatos da situação e da oposição sobre a confiança na conduta das eleições.

O quadro teórico acima apresentado demonstra os principais debates encontrados sobre reformas eleitorais. Apesar dos principais estudos sobre reformas eleitorais focarem em explicações institucionais (Colomer, 2003; Boix, 1999), essa discussão contribui para a compreensão de quais incentivos geram mudanças institucionais. A confiança da opinião pública vem contribuir com essa literatura ao ser inserida como efeito a ser produzido pela escolha do desenho institucional (Birch, 2008), bem como variável independente para explicar a iniciativa de reformas

(Norris, 2011). É a partir dessa linha de análise desenvolvida por Norris que as reformas eleitorais na América Latina serão tratadas nas próximas seções.

3 Reformas na América Latina e a Confiança Institucional

Inúmeros artigos sobre as reformas dos sistemas eleitorais na América Latina demonstram que as preferências institucionais vêm se alterando intensamente através das diversas mudanças no sistema eleitoral, seja no nível macro institucional, em que são alterados, por exemplo, o sistema de governo e o sistema eleitoral, seja no nível micro institucional, onde são realizadas alterações nas regras operacionais do processo eleitoral.

Em um estudo realizado pelo IDEA (2009) foram apresentados processos de reformas políticas e eleitorais na América Latina, as quais tiveram início com a Terceira Onda Democrática. As reformas no âmbito eleitoral seguiram concomitantes às demandas por outras reformas políticas. Como consequência, ocorreu nos países latino-americanos a inclusão de mecanismos de democracia participativa em paralelo com a existência de democracia representativa e, em alguns casos, a ampliação das margens de participação política de outros setores da cidadania.

Partindo dessa análise, esse trabalho foi desenvolvido em diferentes etapas. Em primeiro lugar, foi realizado um levantamento bibliográfico da literatura sobre reformas nos sistemas eleitorais e trabalhos empíricos sobre o assunto. A partir disso, obteve-se o conhecimento sobre as teorias *mainstream* de reformas eleitorais, a metodologia empregada e as variáveis utilizadas em diferentes trabalhos. Assim, foi percebida, através do trabalho de Pippa Norris (2011), *Cultural Explanations of Electoral Reform: A Policy Cycle Model*, a necessidade de desenvolver o estudo das reformas eleitorais tendo como recorte o papel da opinião pública nesse processo. A autora colocou como agenda de pesquisa o estudo dos países latino-americanos, que passaram recentemente pelo processo de redemocratização, como também a necessidade de se testar a opinião pública em reformas consideradas menores em seu estudo, reformas que podem ser consideradas como incrementais, pois não realizam profundas alterações nas regras eleitorais.

No intuito de dar continuidade a essa linha de pesquisa, esse trabalho se

propõe a testar a relação entre reformas eleitorais e a percepção de confiança institucional da opinião pública através da hipótese de necessidade segundo a qual, dado que houve reforma, deve ser encontrado um baixo grau de confiança institucional. O conceito de confiança institucional será operacionalizado através dos índices de confiança no parlamento e de satisfação com a democracia, calculados a partir de *surveys* de opinião pública.

É importante esclarecer que uma hipótese de necessidade pode ser entendida como uma condição necessária para que determinado fenômeno estudado ocorra. Tomando como exemplo a condição de necessidade aqui proposta, essa hipótese pode ser entendida da seguinte maneira: se houve reforma eleitoral necessariamente havia baixa confiança institucional. Vale ressaltar que a hipótese de necessidade difere da condição de suficiência uma vez que aquela admite a influência de outros fatores, além da baixa confiança institucional, para a realização de reformas eleitorais. Diferencia-se, portanto, da condição de suficiência na qual a baixa confiança institucional por si só já explicaria a ocorrência de reformas eleitorais. Optou-se por estabelecer uma condição de necessidade e não de suficiência devido ao fato de todos os países da América Latina terem realizado reformas nos últimos vinte anos. A hipótese de necessidade permitiu que fosse realizada a seleção dos casos pela variável dependente, nesse caso reformas eleitorais, e não acarretar em uma seleção enviesada uma vez que não exclui a priori possíveis casos de reformas que não tenham sido precedidas por baixo índice de confiança institucional⁴. Sendo assim, a presente análise utiliza uma explicação mais abrangente ao considerar outros fatores que contribuam para a ocorrência de reformas, além da baixa confiança institucional.

Destarte, a hipótese desse trabalho será testada verificando se as reformas foram precedidas de baixo índice de confiança institucional expresso em *survey* anterior à promulgação de cada reforma.

Para dar início a essa análise, primeiramente, foram coletadas todas as reformas que ocorreram na América Latina presentes no estudo realizado pelo IDEA em 2009 e nos artigos de Melo (2006), Marengo (2012), Otero e Perez-Liñan (2005) e Serrafiero (2011). Ao todo, foram reunidas 121 reformas em um

⁴ Estabelecendo um diálogo com Barbara Geddes (1990), Douglas Dion (2003) argumenta que a seleção pela variável dependente só gera viés de seleção quando a hipótese utilizada no estudo é de condição suficiente. A anulação desse viés pode ser feita quando a seleção pela variável dependente for testada por uma hipótese de necessidade, tendo como garantia a variação na variável independente.

recorte temporal de 1990 até 2012. Entretanto, esse universo foi reduzido a 46 reformas, pois apenas estas foram precedidas por *surveys*. Abaixo segue a lista com a amostra de reformas⁵ selecionadas:

Quadro 1 – Reformas eleitorais na América Latina, 1990-2012.

País	Reformas
Argentina	1991, 1994
Bolívia	1997, 2000, 2009
Brasil	1993, 1994, 1995, 1997, 2006, 2010
Chile	1993, 2005, 2012
Colômbia	2003, 2004, 2009
Costa Rica	2003, 2009
El Salvador	1994
Equador	1997, 1998, 2000, 2002, 2008
Guatemala	1998, 2002, 2004
Honduras	2000, 2002
México	1990, 1993, 1996, 1998, 2007
Nicarágua	1999, 2000, 2005
Panamá	1997, 2004
Paraguai	1996
Peru	1997, 2000, 2002
República Dominicana	1994, 1997, 2000, 2001
Uruguai	1996
Venezuela	1998, 1999

Fonte: elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan (2005), Serrafiero (2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México.

3.1 Confiança na Democracia Representativa a partir de *surveys* de opinião pública

A operacionalização da confiança institucional foi estruturada com dados de pesquisa de opinião pública retirados do *Latinobarômetro* e do *World Values Survey*. Esse *survey* é uma pesquisa de opinião pública desenvolvida por uma rede internacional de cientistas sociais envolvendo cerca de noventa países, gerenciado pelo Instituto para a Pesquisa Social da Universidade de Michigan. As questões realizadas pelo *World Values Survey* são direcionadas a temas que possibilitem

⁵ El Salvador e República Dominicana foram removidos da amostra devido à falta de *surveys* precedentes ao ano da promulgação das reformas. O banco de dados com todas as reformas coletadas encontra-se no Apêndice.

avaliar o que os indivíduos pensam sobre diversos aspectos da vida social, como valores políticos, crenças culturais e desenvolvimento socioeconômico. Essa pesquisa é realizada desde 1981 e advém do estudo das teorizações sobre mudanças de valores.

Seguindo a mesma linha de análise, desde 1995, o *Latinobarômetro*, o qual corresponde a uma organização não-governamental sem fins lucrativos, realiza 19.000 entrevistas em 18 países da América Latina anualmente voltadas para o estudo de opinião pública a fim de disponibilizar atitudes, comportamentos e valores da região.

A utilização dessas duas pesquisas de opinião pública provém do intuito de abranger o maior número possível de reformas na América Latina visto que o *World Values Survey*, apesar de ser realizado desde 1981, engloba um número restrito de países da região. A utilização apenas do *Latinobarômetro* deixaria de lado reformas que ocorreram entre 1990 e 1995, uma vez que a sua pesquisa iniciou em 1995. Assim, foram analisadas as entrevistas de ambas as pesquisas a fim de se analisar as questões aplicadas referentes aos valores políticos nos países estudados por esse trabalho. As perguntas e as opções de respostas referentes à confiança no parlamento, expostas no quadro a seguir, apresentavam conteúdo equivalente em ambas as pesquisas:

Quadro 2 – Redação das perguntas dos questionários do Latinobarômetro e do World Values Survey.

Questão/ Survey	World Values Survey (1981-2008)	Latinobarômetro (1995-2010)
Pergunta: <i>Confiança no Parlamento</i>	<i>“I am going to name a number of organisations. For each one, could you tell me how much confidence you have in them: is it a great deal of confidence, quite a lot of confidence, not very much confidence or none at all? Parliament”</i>	<i>“Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas mencionadas en la lista, ¿cuánta confianza tiene Ud. en...?. ¿Diría que tiene mucha, algo, poca o ninguna confianza en...?. Congreso”</i>
Opções de Resposta: <i>Confiança no Parlamento</i>	-2 <i>No answer</i> -1 <i>Don't know</i> 1 <i>A great deal</i> 2 <i>Quite a lot</i> 3 <i>Not very much</i> 4 <i>None at all</i>	0 <i>No responde</i> 1 <i>Mucha confianza</i> 2 <i>Algo de confianza</i> 3 <i>Poca confianza</i> 4 <i>Ninguna confianza</i> 8 <i>No sabe</i>
Pergunta: <i>Satisfação com a Democracia</i>	-	<i>“En general, ¿Diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (país)?.”</i>
Opções de Resposta: <i>Satisfação com a Democracia</i>	-	0 <i>No responde</i> 1 <i>Muy satisfecho</i> 2 <i>Más bien satisfecho</i> 3 <i>No muy satisfecho</i> 4 <i>Nada Satisfecho</i> 8 <i>No sabe</i>

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nas questões presentes nos *surveys* do Latinobarômetro (1995-2010) e do *World Values Survey*(1981-2008).

As perguntas foram expostas em seu idioma de origem a fim de que fosse melhor visualizada a compatibilidade entre ambas, fugindo do erro de uma tradução livre. A pergunta sobre a satisfação com a democracia foi incorporada, apesar de não encontrar equivalente no *World Values Survey*, com o objetivo de complementar o índice de confiança no parlamento. Poucas reformas não foram precedidas de um *survey* que apresentasse essa pergunta. Abaixo segue o ano das reformas ulteriores aos *surveys* que foram utilizados:

Quadro 3 – Surveys precedentes às reformas

Reforma		Survey utilizado		
<i>País</i>	<i>Ano</i>	<i>World Values Survey (Confiança no Parlamento)</i>	<i>Latinobarômetro (Confiança no Parlamento)</i>	<i>Latinobarômetro (Satisfação com a Democracia)</i>
Argentina	1991	1984	-	-
Argentina	1994	1991	-	-
Bolívia	1997	-	1996	1996
Bolívia	2000	-	1998	1998
Bolívia	2009	-	2008	2008
Brasil	1993	1991	-	-
Brasil	1994	1991	-	-
Brasil	1995	1991	-	-
Brasil	1997	-	1996	1996
Brasil	2006	-	2005	2005
Brasil	2010	-	2009	2009
Chile	1993	1990	-	-
Chile	2005	-	2004	2004
Chile	2012	-	2010	2010
Colômbia	2003	-	2002	2002
Colômbia	2004	-	2003	2003
Colômbia	2009	-	2008	2008
Costa Rica	2003	-	2002	2002
Costa Rica	2009	-	2008	2008
Equador	1997	-	1996	1996
Equador	1998	-	1997	1997
Equador	2000	-	1998	1998
Equador	2002	-	2001	2001
Equador	2008	-	2007	2007
Guatemala	1998	-	1996	1996
Guatemala	2002	-	2001	2001

Quadro 3 – *Surveys* precedentes às reformas

Reforma		Survey utilizado		
País	Ano	World Values Survey (Confiança no Parlamento)	Latinobarômetro (Confiança no Parlamento)	Latinobarômetro (Satisfação com a Democracia)
Guatemala	2004	-	2003	2003
Honduras	2000	-	1998	1998
Honduras	2002	-	2001	2001
México	1990	1981	-	-
México	1993	1990	-	-
México	1996	-	1995	1995
México	1998	-	1997	1997
México	2007	-	2006	2006
Nicarágua	1999	-	1998	1998
Nicarágua	2000	-	1998	1998
Nicarágua	2005	-	2004	2004
Panamá	1997	-	1996	1996
Panamá	2004	-	2003	2003
Paraguai	1996	-	1995	1995
Peru	1997	-	1996	1996
Peru	2000	-	1998	1998
Peru	2002	-	2001	2001
Uruguai	1996	-	1995	1995
Venezuela	1998	-	1997	1997
Venezuela	1999	-	1998	1998

Fonte: quadro elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan(2005), Serrafiro(2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México.

Após essa seleção, foram construídos os índices de confiança no parlamento e de satisfação com a democracia. A formulação do índice foi necessária para operacionalizar melhor as variáveis “confiança no parlamento” e “satisfação com a democracia” uma vez que os dados disponíveis no *surveys* apresentam a

porcentagem de respostas para cada alternativa. Esse processo utilizou o seguinte método: foram somadas as porcentagens de respostas equivalentes a “muita confiança” e “alguma confiança” dadas à pergunta sobre a confiança no parlamento. Na pergunta sobre a satisfação com a democracia utilizou-se o mesmo procedimento, foram somadas as porcentagens de respostas para “muito satisfeito” e “satisfeito”. Com esses índices foi possível calcular uma média de cada uma das questões entre todos os países da América Latina que realizaram reformas, com e sem *surveys* precedentes às reformas encontradas, presentes na tabela abaixo:

Quadro 4 – Média no período do índice de satisfação e índice de confiança no parlamento.

(continua)

País	Índice de satisfação com a democracia (média do período)	Índice de confiança no parlamento (média do período)
Argentina	0,36	0,24
Bolívia	0,29	0,23
Brasil	0,28	0,27
Chile	0,37	0,36
Colômbia	0,28	0,24
Costa Rica	0,54	0,31
Equador	0,25	0,15
El Salvador	0,37	0,29
Guatemala	0,30	0,21
Honduras	0,35	0,33
México	0,26	0,30
Nicarágua	0,32	0,22
Panamá	0,36	0,22
Paraguai	0,17	0,26
Peru	0,20	0,21
República Dominicana	0,45	0,40
Uruguai	0,61	0,44
Venezuela	0,45	0,35

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos *surveys* disponíveis do Latinobarômetro e *World Values Survey* de todos os países da América Latina.

Poucos países apresentam média superior a 50%. Tal dado pode ser um indicador de que, em média, nos últimos vinte anos, após o período de redemocratização, o grau de confiança institucional ainda é reduzido, chegando a 15 % de satisfação com a democracia no Equador. Essa média temporal contribui para atestar o nosso problema de pesquisa. Percebe-se um baixo nível de satisfação com a democracia e confiança no parlamento concomitante com um número considerado

expressivo de 121 dispositivos alterados de 1990 até 2012.

3.2 Relação entre as Reformas Eleitorais e a demanda na opinião pública.

Para corroborar com a nossa hipótese: dado que houve reforma, deve ser encontrado um baixo grau de confiança institucional, foi realizado um *crosstab*, ou seja, uma análise em tabela que cruza duas informações em um determinado valor, do índice de confiança no parlamento e satisfação com a democracia⁸ com todas as reformas que apresentavam *surveys* precedentes. Para tal finalidade, realizou-se a categorização do índice de satisfação com a democracia para uma classificação ordinal em que baixíssimos (1) são considerados os índices de satisfação com a democracia no intervalo de 0% a 25%; baixo (2) no intervalo de 26% a 50%; alto (3) de 51% a 75 % e, por último, altíssimo (4) de 76% a 100%. O mesmo método foi utilizado na transformação da variável confiança do parlamento. Esse procedimento melhora a visualização do grau de confiança no parlamento e da satisfação com a democracia e permite o cruzamento e o teste da hipótese. Os resultados podem ser verificados nos quadros 5 e 6 a seguir:

Quadro 5 – Graus de Satisfação com a Democracia

Grau de Satisfação com a democracia		<i>Baixíssimo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Alto</i>	<i>Altíssimo</i>	Total
	N	13	22	3	0	38
	%	34,2	57,9	7,9	0,0	100,0

Fonte: quadro elaborado pela autora base nos índices de satisfação com a democracia precedentes as reformas as quais havia *survey* com essa pergunta.

O quadro acima mostra que mais de 90% das reformas foram precedidas de baixa ou baixíssima satisfação com a democracia. Apenas no Chile, Costa Rica e Uruguai este índice foi alto.

Quadro 6 – Graus de Confiança no Parlamento

Grau de confiança no Parlamento		<i>Baixíssimo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Alto</i>	<i>Altíssimo</i>	Total
	N	25	19	2	0	46
	%	54,35	41,30	4,35	0,00	100

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos índices de confiança no parlamento precedentes as reformas, as quais havia *survey* com essa pergunta.

O quadro acima mostra que mais de 95% das reformas foram precedidas de baixa ou baixíssima confiança no parlamento. Apenas na Argentina e no Chile este índice foi alto.

Ambos os quadros demonstram a pertinência da hipótese de necessidade. Embora isso não ocorra em um sentido determinístico porque foram verificadas ocorrências de reformas precedidas alto índice de confiança institucional, o argumento é válido em um sentido probabilístico⁶. Das 46 reformas que apresentaram como pergunta anterior a confiança do parlamento apenas duas reformas (4,4%) apresentaram alta confiança no parlamento.

Nas reformas precedidas pela pergunta da satisfação com a democracia, 38 reformas no total, visto que essa pergunta só foi aplicada a partir de 1995, em apenas três (7,9%) os *surveys* apresentavam alta satisfação com a democracia. Esses dados corroboram com os achados da pesquisa realizada por Pippa Norris e demonstram que a inserção de reformas eleitorais na agenda política se dá quase invariavelmente em um contexto de manifestação da opinião pública de baixa confiança no parlamento e satisfação com o regime de governo.

Foi realizada também, a fim de complementar a informação sobre as mudanças nos dispositivos eleitorais, uma classificação de cada regra alterada de acordo com a natureza da reforma (constitucional ou infraconstitucional); nível da reforma (nível micro ou macro da instituição alterada); o sentido da reforma (amplia ou reduz a participação ou alternância) e o objeto alterado pela reforma (eleição do Executivo; eleição do Legislativo, Governança Eleitoral, eleições municipais ou provinciais e simultaneidade das eleições).

No universo da amostra de 46 reformas, em que foi realizada a alteração de 80 dispositivos, o objeto que obteve mais modificações (40%) foi o que engloba a Governança Eleitoral. Esse conceito compreende vários elementos que afetam as eleições, desde o ato do voto até a resolução de litígios. Para esse trabalho a Governança Eleitoral foi delimitada apresentando os seguintes aspectos: alterações no Órgão Eleitoral, na incorporação de cotas para a representação feminina, financiamento de campanha, voto facultativo e nas determinações para elegibilidade

⁶ Segundo Dion (2003) uma hipótese de necessidade pode ser determinística ou probabilística. Em um teste determinístico, basta um caso em que a condição necessária não se verifique para derrubar a hipótese. Um teste probabilístico, ao contrário, exige apenas que a frequência em que ocorre a condição necessária seja consideravelmente maior do que a frequência em que ela não ocorre.

dos candidatos.

Quadro 7 – Objetos reformados

Objeto reformado	Frequência	Porcentagem (%)
Eleição do Executivo	20	25,0
Eleição do Legislativo	22	27,5
Governança Eleitoral	32	40,0
Eleições municipais/províncias	1	1,3
Simultaneidade das eleições	5	6,2
Total	80	100,0

Fonte: quadro elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan (2005), Serrafiero (2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México.

Quanto à natureza e ao nível das reformas, respectivamente 70% de reformas foram em dispositivos constitucionais e 91,2% em dispositivos do nível micro-institucional. Esse último corresponde a todas as alterações nas regras operacionais do processo eleitoral. Tal porcentagem indica que pouquíssimas das reformas se referiam às macro-instituições, aquelas com maior potencial de alterar significativamente a relação de representação, como os sistemas eleitorais.

Este dado, em contraponto com a baixa confiança institucional expressa pela opinião pública, pode ser um indicador que corrobora o argumento da literatura que analisa as relações institucionais no processo de reforma eleitoral e também o da que considera a opinião pública como um dos fatores para a inserção da reforma eleitoral na agenda política. O que se pretende dizer é que mesmo diante dessa insatisfação com a democracia e a baixa confiança no parlamento, os dirigentes políticos ao inserir a temática de reforma eleitoral na agenda política tenderam a realizar alterações que permitissem a sua permanência no jogo eleitoral. Esses atores tendem a não alterar macro-instituições como os sistemas eleitorais – que já são proporcionais – realizando reformas que aumentem o seu risco de não permanecerem nos cargos políticos. Em contrapartida, buscam realizar reformas que ampliem a participação ou alternância a fim de dirimir essa baixa confiança institucional: mais de 66% das reformas foram neste sentido inclusivo. Os dados sobre a natureza, o nível e o sentido das reformas podem ser verificados nos quadros 8, 9 e 10 a seguir:

Quadro 8 – Nível da reforma

Nível da reforma	Frequência	Porcentagem (%)
Micro	73	91,2
Macro	7	8,8
Total	80	100

Fonte: quadro elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan (2005), Serrafiero (2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México.

Quadro 9 – Natureza da reforma

Natureza da reforma	Frequência	Porcentagem (%)
Infraconstitucional	24	30
Constitucional	56	70
Total	80	100

Fonte: quadro elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan (2005), Serrafiero (2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México.

Quadro 10 – Sentido da reforma

Sentido	Frequência	Porcentagem(%)
Reduz a representação ou alternância	27	33,8
Amplia a representação ou alternância	53	66,2
Total	80	100

Fonte : quadro elaborado pela autora com base no IDEA(2009) e nos artigos de Melo (2006), Otero e Pérez-Liñan (2005), Serrafiero (2011), Marengo (2012), Barreto e Fleischer (2008) e dados disponíveis no site do governo do Chile e nos sites dos órgãos eleitorais do Brasil e México

5 Considerações finais

Ao longo desse artigo buscou-se fazer um levantamento das reformas eleitorais na América Latina, disponíveis no IDEA (2009) e em artigos centrados nessa temática. Para tal fim, esse trabalho desenvolveu um estudo comparativo das mudanças eleitorais ocorridas em dezesseis países da América Latina para testar a hipótese de que a demanda popular, expressa em *surveys* de opinião pública, é uma condição necessária para a realização das reformas eleitorais na América Latina após a redemocratização. As manifestações da opinião pública foram coletadas do *World Values Survey*, realizado desde 1981, e do *Latinobarômetro*, com dados desde 1995 até 2010.

Duas conclusões desse trabalho se destacam como de maior importância. A primeira delas condiz com a variedade de mudanças nas regras e instituições

eleitorais nos últimos vinte anos nos países latino americanos. Foram coletados 121 dispositivos reformados da região, não só restritos da América do Sul, mas como dados de países da América Central. Estudos que possuem como objeto essa região geralmente possuem informações centradas na região sul-americana. Os dados aqui coletados contribuem para a continuidade do estudo dos sistemas eleitorais tanto na América do Sul, como principalmente da América Central, no que tange as reformas eleitorais realizadas quanto aos incentivos dos sistemas eleitorais adotados e seus respectivos dispositivos.

É tímida a análise que se tem nos países dessa região e pode ser explorada em uma perspectiva institucional levando-se em conta o papel da opinião pública nesse processo visto que o grau de confiança institucional é baixo.

A segunda conclusão importante é que, ao mensurar o grau de confiança no parlamento e da satisfação com a democracia, foi encontrada uma baixa porcentagem para esses dois índices no período precedente à realização de reformas. Esses resultados corroboraram com o estudo realizado por Pippa Norris (2011) e mostram que esses índices também são baixos para regras operacionais do jogo eleitoral, não apenas para as consideradas grandes reformas analisadas em seu estudo.

Essas duas conclusões têm uma implicação prática extremamente importante: uma vez que o índice de confiança institucional é considerado baixo, os dispositivos reformados, em sua maioria, ampliam a participação e a alternância. Esse panorama contribui com um diálogo com Negretto (2008), o qual adota como explicação para essa tendência entre os países da América Latina a conclusão de que as mudanças para um sistema eleitoral mais inclusivo se deve ao sistema partidário fragmentado da região imbuído de críticas dos meios de comunicação e de seus cidadãos.

Também é importante salientar o número de dispositivos alterados que permitiram uma maior participação feminina na representação política. Ao todo, foram 16 dispositivos alterados no sentido de se instaurar cotas de representação feminina a fim de se estabelecer a igualdade de gênero. A adoção de tal dispositivo entre os países latino-americanos teve início após a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, promulgada em 1979. Desde então, vem ocorrendo uma progressiva reforma nas constituições e nos códigos eleitorais no sentido de promover a equidade de gênero na região (IDEA, 2009). Em contrapartida, percebe-se uma redução da alternância no executivo na região pelo número considerável de países que adotaram

a reeleição na região, 16 países.

Esse panorama geral em perspectiva comparada das reformas eleitorais na América Latina e o índice de confiança institucional deixam como agenda de pesquisa uma análise causal, como também um estudo mais aprofundado de outros indicadores que elucidem com maior significância a legitimidade política para a entrada de reformas eleitorais na agenda.

Referências

- ANASTASIA, F., MELO, C. and SANTOS, F. (2004) *Governabilidade e representação política na América do Sul*. São Paulo: UNESP.
- BARRETO, L. and FLEISCHER, D. (2008) Reformas Políticas y Democracia en Brasil. In: ZOVATTO, D and HENRÍQUEZ J. (eds.). *Reforma Política y Electoral en América Latina 1978-2007*. México: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- BENOIT, K. (2004) Models of Electoral System Change. *Electoral Studies*. [Online] p. 363-369. Available at: < <http://dm.olemiss.edu/courses/pol628/benoit04.pdf> > Accessed : [10-12-2012]
- BIRCH, S. (2008) Electoral Institutions and Popular Confidence in Electoral Processes: A Cross-National Analysis. *Electoral Studies*. 2^a ed. v. 27, p. 305-320.
- BOIX, C. (1999) Setting the Rules of the Game: The Choice of Electoral Systems in Advanced Democracies. *American Political Science Review*. [Online] v. 3 p. 1-47. Available at: < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=159213 > Accessed: [10-12-2012]
- Brasil. *Lei Complementar Nº135, de 4 de junho de 2010*. [Online] Available at: <<http://inter03.tse.jus.br/sadJudLegislacao/pesquisa/registro.do?acao=carregarDocumento&cdRegistro=2680>>. Accessed: [12-10-2012]
- _____. *Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Lei das Eleições. [Online] Available at: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>>. Accessed: [12-10-2012]
- _____. *Tribunal Superior Eleitoral*. [Online] Available at:<<http://www.tse.jus.br>>. Accessed: [12-10-2012]
- Chile. *Ley Nº 20.568, del 31 de enero de 2012*. Regula la Inscripción Automática, modifica el Servicio Electoral y moderniza el Sistema de Votaciones.[Online] Available at: < <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1035420>>. Accessed: [12-10-2012]
- COLOMER, J. Election by Lot. In: Colomer, J. *International Encyclopedia of Political Science*. SAGE Reference Online. [Online] Available at:<<http://knowledge.sagepub.com/publicstart?authRejection=true>>. Accessed: [25-12-2012]
- _____. *Handbook of Electoral System Choice*. (2004) New York: Palgrave Macmillan.
- _____. Son los Partidos los que eligen los sistemas electorales (o las leyes de Duverger cabeza abajo).(2003) *Revista Española de Ciencia Política*, nº. 9, p. 39-63.

- Costa Rica. *Tribunal Supremo das Eleições*. Available at: <
<http://www.tse.go.cr/>>. Accessed: [12-11-2012]
- DÍEZ, F. (2001) *The Emergence of Electoral Reforms in contemporary Latin America*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques I Socials.
- DION, D. Evidence and Inference in the Comparative Case Study. (2003) In
 :GOERTZ, G. and STARR, H. (eds.) *Necessary conditions : theory, methodology
 and applications*. Lanham – Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- DUVERGER, M. (1970) *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GEDDES, B. (1990) How the Cases You Choose Affect the Answers You Get:
 Selection Bias in Comparative Politics. [S.I.] *Political Analysis*. p. 131-150.
- HUNTINGTON, S. (1994) *A terceira onda: a democratização no final do séc. XX*.
 São Paulo: Ática.
- IDEA. (2009) *Experiencias de reforma política y electoral en Colombia, Costa Rica y
 México desde la perspectiva comparada latinoamericana*. Costa Rica:
 International Institute For Democracy and Electoral Assistance.
- LATINOBARÔMETRO – Opinião Pública Latinoamericana. Latinobarômetro
 1995. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 1996. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 1998. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 2000. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 2001. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 2002. [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]
- _____. Latinobarômetro 2003 [Online] Available at: <
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-
 2012]

- _____. Latinobarômetro 2004. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2005[Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2006. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2007. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2008. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2009. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- _____. Latinobarômetro 2010. [Online] Available at:<
<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalizeSample.jsp>>. Accessed: [7-12-2012]
- LEHOUCQ, F. (2002) Can Parties Police Themselves ? Electoral Governance and Democratization. *International Political Science Review*, v. 23. n°.1. p. 29-46.
- LIJPHART, A.(2011) *Modelos de Democracia:Desempenho e padrões de governo em 36 países*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELO, C. Reforma Política em Perspectiva Comparada na América do Sul. (2006)
 In: AVRITZER, L. and ANASTASIA, F. (eds.) *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.45-62.
- México. *Instituto Federal*. [Online] Available at: <
<http://www.ife.org.mx/portal/site/ifev2>>. Accessed:[10-11-2012]
- MOZAFFAR, S. and SCHEDLER, A. (2002) The Comparative Study of Electoral Governance – Introduction. *International Political Science Review*. v. 23. n°. 1. p. 5-27.
- NEGRETTO, G.(2008) La Reforma Electoral em América Latina: entre el Interés Partidário y las Demandas Ciudadanas. *División de Estudios Políticos*, CIDE. [Online] Available at:
 <<http://www.cide.edu/investigador/documentos/gabriel.negretto/RefElecAL2008version final.pdf>> Accessed:[27-12-2012].

- NICOLAU, J. (2012) *Sistemas Eleitorais*. 6^a ed. Rio de Janeiro: FGV.
- NORRIS, P. (2011) Cultural Explanations of Electoral Reform: A Policy Cycle Model. *West European Politics*, v. 34.nº. 3. p. 531-550.
- OTERO, L. and PÉREZ-LIÑAN, A. (2005) La evolución de los sistemas electorales em América : 1900-2004. Colección, nº. 16.p. 47-82.
- REYNOLDS, A. REILLY, B. and ELLIS, A. (2006) *Electoral System Design: The International IDEA Handbook*. 2^a ed. Stockholm: International Institute For Democracy and Electoral Assistance.
- SERRAFERO, M. (2011) La Reección Presidencial indefinida em América Latina. *Revista de Instituciones, Ideas y Mercados*. Buenos Aires. p. 225-259.
- TAVARES, J. and ROJO, R. (1998) *Instituições Políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: FGV.
- TSEBELIS, G. (1998) *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- WORLD VALUES SURVEY 1981 – 2008 OFFICIAL AGGREGATE v.20090901, 2009. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Aggregate File Producer: ASEP / JDS, Madrid. Accessed: [30-11-2012]

APÊNDICE A – 80 dispositivos alterados na América Latina

País	Ano	Dispositivo alterado	Objeto	Natureza	Nível	Sentido	Fonte	Confiança Parlamento	Satisfação com a Democracia	Survey (Ano)	
Argentina	1991	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	72,70%	-	WVS-1984	
	1994	Sistema de eleição presidencial	Eleição Executivo	Constitucional	Macro			Reduz		Melo (2006)	16,70%
		Sistema de eleição presidencial (2º turno)									
		Duração do mandato-executivo									
		Reeleição									
		Simultaneidade das eleições	Simultaneidade das eleições		Eleição Legislativo	Macro					
		Membros Câmara Alta	Eleições municipais/ Provinciais								
		Eleição Câmara Alta									
		Duração do mandato - Câmara Alta	Eleição para prefeito (Buenos Aires)		Micro	Amplia					
Bolívia	1997	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Constitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	21,50%	24,70%	Lat. 1996	
		Eleição Câmara Baixa (fórmula D'Hont)	Eleição Legislativo	Infraconstitucional		Reduz	Otero e Perez-Liñan (2005)				
	2000	Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral			Amplia	IDEA (2009)				26,20%
Bolívia	2009	Reeleição	Eleição Executivo	Constitucional	Micro	Reduz	Serrafero (2011)	24,90%	32,80%	Lat. 2008	

Brasil	1993	Retroatividade das leis	Governança Eleitoral	Constitucional	Micro	Amplia	TSE Brasil	23,30%	-	WVS – 1991
	1994	Duração do mandato -executivo	Eleição Executivo				IDEA (2009)			
	1995	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional		Site do governo	19,40%	21,10%	Lat. 1996	
						Quociente eleitoral (retirada dos votos brancos)				Zovatto e Henriquez
		Reeleição	Eleição Executivo	Constitucional		Reduz				IDEA (2009)
		Lei das Eleições	Governança Eleitoral	Infraconstitucional		Amplia				TSE Brasil
	2006	Financiamento de Campanha					Melo (2006)	26,30%	21,60%	Lat. 2005
	2010	Inelegibilidade(Lei Ficha Limpa)	TSE Brasil	31,70%		47,60%	Lat. 2009			
Chile	1993	Duração do mandato -executivo	Eleição Executivo	Constitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	63,40%	-	WVS – 1990
	2005	Simultaneidade das eleições	Simultaneidade das eleições			Reduz				
		Eleição Câmara Alta	Eleição Legislativo	Amplia		Melo (2006)	31,80%	42,00%	Lat. 2004	
		Duração do mandato -executivo	Eleição Executivo			IDEA (2009)				
	2012	Voto facultativo	Governança Eleitoral	Constitucional		Micro	Amplia	Site do Governo	40,80%	56,10%
Colômbia	2003	Eleição Câmara Baixa	Eleição	Infraconstitucional	Micro	Reduz	IDEA	17,30%	11,30%	Lat. 2002

		(fórmula D'Hont)	Legislativo				(2009)					
		Eleição Câmara Baixa (voto preferencial)			Macro							
		Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral			Amplia						
	2004	Reeleição	Eleição Executivo	Constitucional	Micro	Reduz		12,90%	21,90%	Lat. 2003		
	2009	Financiamento de Campanha	Governança Eleitoral			Amplia		24,90%	40,30%	Lat. 2008		
Costa Rica	2003	Reeleição	Eleição Executivo	Constitucional	Micro	Reduz	IDEA (2009)	34,90%	74,70%	Lat. 2002		
	2009	Código Eleitoral	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Macro	Amplia		27,40%	43,90%	Lat. 2008		
Equador	1997	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	26,80%	33,30%	Lat. 1996		
		Participação equitativa nos processos eleitorais (gênero)										
	1998		Sistema de eleição presidencial	Eleição Executivo		Constitucional		Reduz	19,50%		30,70%	Lat. 1997
			Simultaneidade das eleições	Simultaneidade das eleições								
			Membros Câmara Baixa	Eleição Legislativo								
			Eleição Câmara Baixa									
		Simultaneidade das eleições(deputados)	Simultaneidade das eleições									
2000	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Amplia	18,00%	33,70%	Lat. 1998					
Equador	2002	Eleição Câmara Baixa	Eleição Legislativo	Constitucional	Macro	Amplia	IDEA (2009)	8,10%	15,90%	Lat. 2001		
		Membros Câmara Baixa			Micro	Reduz						
		Eleição Câmara Baixa (Fórmula										

		D'Hont)								
	2008	Reeleição					Serrafero (2011)	6,00%	34,50%	Lat. 2007
Guatemala	1998	Membros Câmara Baixa	Eleição Legislativo	Constitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	27,40%	40,00%	Lat. 1997
	2002					Reduz		12,60%	19,70%	Lat. 2001
	2004	Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral	Infraconstitucional		Reduz		9,60%	21,20%	Lat. 2003
Honduras	2000	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	46,30%	36,70%	Lat. 1998
	2002	Órgão Eleitoral		Constitucional	Macro			22,50%	34,20%	Lat. 2001
México	1990	Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral	Constitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	27,40%	-	WVS-1981
	1993	Membros Câmara Alta	Eleição Legislativo							Infraconstitucional
	1996			Governança Eleitoral		Constitucional		Reduz	39,20%	
	1998	Cotas de representação feminina	Financiamento de Campanha		Amplia			34,10%	44,60%	Lat. 1997
	2007	Órgão Eleitoral				Constitucional		28,20%	40,70%	Lat. 2006
Nicarágua	1999	Sistema de eleição presidencial	Eleição-Executivo	Constitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	19,20%	26,40%	Lat. 1998
	2000	Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral							
	2005									
Panamá	1997	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	16,00%	28,10%	Lat. 1996
	2004	Órgão Eleitoral		Constitucional				17,10%	24,30%	Lat. 2003
	1996	Cotas de representação feminina		Infraconstitucional				41,00%	28,10%	Lat. 1995

Peru	1997	Cotas de representação feminina	Governança Eleitoral	Infraconstitucional	Micro	Amplia	IDEA (2009)	32,90%	28,00%	Lat. 1996
	2000							18,90%	17,90%	Lat. 1998
	2002	Reeleição	Eleição Executivo					23,70%	17,90%	Lat. 2001
Uruguai	1996	Eleição presidencial	Eleição Executivo	Constitucional	Micro	Amplia	Melo (2006)	43,40%	56,60%	Lat. 1995
		Simultaneidade das eleições	Simultaneidade das eleições							
		Eleição presidencial	Eleição Executivo				IDEA (2009)			
		Sistema de eleição presidencial								
Venezuela	1998	Simultaneidade das eleições	Simultaneidade das eleições	Infraconstitucional	Micro	Amplia	Melo (2006)	29,60%	35,80%	Lat. 1997
	1999	Membros Câmara Baixa Unicameralismo	Eleição Legislativo	Constitucional		Reduz	IDEA (2009)			
		Reeleição	Eleição Executivo			Amplia	Melo (2006)			
		Revogabilidade de todos os cargos eleitos	Governança Eleitoral			IDEA (2009)				
		Duração do mandato - Executivo	Eleição Executivo							
		Eleição Câmara Baixa	Eleição Legislativo		Macro	Reduz	Otero e Perez-Liñan (2005)			
		Membros Câmara Baixa			Micro					
		Órgão Eleitoral	Governança Eleitoral			Amplia	IDEA (2009)	19,80%	35,40%	Lat. 1998

